

Ata da Audiência Pública da Câmara Municipal de Pacatuba, realizada aos dois dias do mês de junho de 2026, às 13H, no edifício da sede da Câmara Municipal de Pacatuba, localizada na rua Major Crisanto de Almeida, 195, Centro, Pacatuba – Ceará. A audiência teve como objetivo a apresentação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2027. Sob a presidência da Sra. Vereadora Karina Cordeiro de Souza Rodrigues, secretariado pelo vereador Sr. John Wesley Moura de Oliveira, estiveram presentes os(as) vereadores(as): Dedê Cavalcante, Irmão Edilson, Deny Gomes e Pedro Bertoldo. Além dos vereadores a contadora do município Heloisa Helena. Na sequência a presidenta Karina Cordeiro fez uso da palavra para agradecer a presença de todos e destacar a importância da audiência pública como instrumento de transparência e participação popular. Ressaltou que “a Câmara Municipal cumpre seu papel de acompanhar e fiscalizar as contas públicas, mas também de abrir espaço para que a população compreenda como são definidas as metas e prioridades do município. É fundamental que todos estejam atentos às diretrizes que vão nortear o orçamento de 2027, pois é a partir delas que se constrói o futuro da cidade”. Na sequência, a palavra foi concedida à contadora Eloísa Helena, que iniciou cumprimentando a presidente, os vereadores e os munícipes presentes. Destacou que “essa audiência pública acontece já no meio do ano, iniciando o mês de junho, e é o momento de discutir as questões orçamentárias do município. O projeto da LDO foi entregue a esta Casa em abril e hoje vamos apresentar um resumo de seu conteúdo, buscando explicar de forma simples um documento que é técnico, mas fundamental para o planejamento da gestão”. Eloísa explicou o conceito da LDO, ressaltando que se trata de um instrumento de planejamento que determina metas e prioridades da administração pública e serve para nortear a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Comparou a LDO a uma “receita de construção do orçamento”, pois estabelece as bases e limitações para a execução orçamentária. Recordou que no ano anterior foi aprovado o PPA (Plano Plurianual) para o período de 2026 a 2029, e que a LDO de 2027 se insere como elo entre o PPA e a LOA, garantindo a conexão entre metas físicas e regras fiscais. Ao detalhar os principais dispositivos, Eloísa destacou a necessidade de equilíbrio na execução orçamentária, a obrigatoriedade de reserva de contingência para emergências e os critérios de limitação de empenho, explicando que “quando a receita não alcança o limite planejado, é preciso contingenciar despesas, mas áreas como educação e saúde não podem ser objeto de corte”. Ressaltou também as normas para transferências de recursos à iniciativa privada, que exigem lei autorizativa, e os dispositivos relacionados aos riscos fiscais. Sobre os riscos fiscais, Eloísa informou que o projeto elaborado em abril registrava demandas judiciais de aproximadamente R\$ 8,9 milhões como passivos contingentes. Explicou que, embora não estivesse previsto o parcelamento imediato desses precatórios, o Tribunal de Justiça realizou sequestro de valores nas contas públicas, obrigando o município a iniciar o pagamento parcelado. “Isso exigiu cortes em despesas não essenciais, preservando saúde e educação, para que o atendimento à população não fosse comprometido”, afirmou. A contadora também alertou para a possibilidade de frustração de receitas, estimada em R\$ 1,6 milhão, especialmente em função da reforma tributária em andamento. Explicou que os restos a pagar acumulados de gestões anteriores afetam a dívida consolidada líquida, que em Pacatuba é superior à dívida consolidada, situação que exige planejamento de médio prazo para alcançar equilíbrio. Apresentou as metas fiscais, destacando resultado primário negativo de R\$ 65 milhões para 2027, com projeção de redução para R\$ 48 milhões em 2028 e expectativa de resultado positivo de R\$ 29 milhões em 2029. Informou que a dívida consolidada está estimada em R\$ 158 milhões e a dívida consolidada líquida em R\$ 197 milhões. Comentou ainda sobre a classificação de risco do município junto ao Tesouro Nacional (CAPAG), que em 2025 foi nota C, com liquidez negativa de 9,12%. Em 2026, com base nos dados de 2025, a nota permaneceu C, mas houve melhora, com liquidez negativa reduzida para 5,22%. “Estamos avançando lentamente, ajustando informações contábeis, cancelando restos a pagar indevidos e reparcelando dívidas, para que possamos alcançar uma classificação melhor nos próximos anos”, disse Eloísa. A contadora também apresentou as metas e prioridades previstas para 2027. No âmbito da Câmara Municipal, destacou campanhas de divulgação da atuação legislativa, realização de eventos com apoio da comunicação, modernização da gestão administrativa e fiscal e a criação da ouvidoria da mulher. Na área da educação, mencionou a meta de construir quatro unidades de ensino infantil ao longo do PPA, com previsão de concluir duas em 2027, além de equipar três creches em andamento e reformar 25% das unidades de ensino infantil. Concluindo sua fala, Eloísa ressaltou que “a LDO é construída com base no cenário fiscal atual, que exige aumento da receita própria, captação de recursos junto ao governo federal e à iniciativa privada,



Assinaturas:

2. 

3. Redemption from de Sours

4. Daykson

5. Francisco Estanislau Silva Almeida

6.



CÂMARA MUNICIPAL DE

Pacatuba

JUNTOS PARA AVANÇAR

LISTA DE PRESENCAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

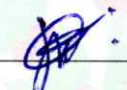
02.06.2026

APRESENTAÇÃO DO PLDO 2027.

1 Heloisa Helena Maia Teles

2 Audineia Lima de Sousa

3  e. Penno Berrado

4 

5 

6 M^{te} Almo da Costa Silva

7 Tayanne Souza Jorjanciles

8 Rebeca S. Almeida

9 Jeferson da Silva Bandeira

10 FRANCISCO CHARLES OLIVEIRA MAGALHÃES

11 

12 

13 

14 